

REPRESENTAÇÕES DE REFERÊNCIA

NEUSA DE ARAÚJO FERNANDES*

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.

E

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar um comentário sobre a distinção entre Representações Sociais de Referência – RR – e Representações de Uso – RU. As RR e RU estabelecem um espaço delimitado por dois aspectos indissociáveis das RS. De um lado seu valor convencional, reconhecido pelos próprios membros de uma comunidade. De outro os seus valores individuais, definidos pela distância que os separa do valor convencional. As RR são o enunciado inicial da proposta registrada na memória discursiva. As RR são constituídas de crenças reconhecidas ou reputadas como reconhecidas pelo conjunto dos membros de um grupo.

Palavras-chave: Representações sociais. Representações de referência. Representações de uso.

Representações Sociais – RS – são formas de conhecimento prático, do senso comum, produzidas e sustentadas por grupos sociais específicos numa determinada conjuntura histórica; manifestam-se como elementos cognitivos: imagens, conceitos, categorias, socialmente elaborados e compartilhados. São palavras, sentimentos e condutas que privilegiam a linguagem como forma de expressão, estando presentes em todas as atividades de interação social do ser humano; são fenômenos essencialmente sociais.

Em outras palavras, são as RS uma maneira específica de se compreender e de se comunicar o que já se sabe, pois são fundamentadas em prévias experiências culturais, intelectuais e interculturais, como pontifica Moscovici: “enquanto essas representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, elas não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas.” (MOSCOVICI, 2009, p. 37).

Lembrando o modelo de estrutura das RS, Py (2000) propõe a divisão das RS em Representações de Referência – RR, que configuram o Núcleo Central, e Representações de Uso – RU, que remetem aos Esquemas Periféricos.

Denominam-se, portanto, RR as formas primitivas que se encontram na memória discursiva de uma cultura ou de um grupo social e constituem uma fonte comum de referência a todos os participantes, enquanto as RU são a continuidade desse Núcleo Central, numa fase considerada de transformação dos Esquemas Periféricos no decorrer da interação social. Em decorrência desse processo, as RU estão sujeitas a variadas e constantes modificações, uma vez que as formas de se conceberem as ideias e de se referir aos objetos que expressam as RS de um grupo podem se modificar, de acordo com as participações individuais, com as diversificadas situações contextuais, sociais e culturais. (MOCOVICI, 2009).

Na transformação das RR em RU, as estratégias podem ser em função da ratificação ou refutação dos juízos antes construídos pelas Representações Sociais de Referência, com uso de critérios variados de reformulação: atenuação, modalização, redução ou deslocamento do domínio de aplicação, o que explica numerosas fórmulas variantes das RU.

Em consequência, os processos de variação das representações estabelecem um espaço delimitado por dois aspectos indissociáveis das RS: seu valor convencional, reconhecido entre os membros de uma comunidade e, de outro lado, seus valores individuais, variáveis até certo limite, pois, se variarem demais, há entre as duas um distanciamento capaz de anular o valor de referência da primitiva.

As RR têm tendência de se perpetuar; mesmo quando as experiências dos sujeitos venham questioná-las, elas são naturalmente resistentes a mudanças e reagem aos processos de mudança que as tornam RU. Essa estabilidade das RR pode ser assim explicada: o valor de referência contribui para estabilidade das RS porque os membros de um grupo sentem interesse pela sua manutenção, uma vez que sua desestabilização tornaria aleatórias as interpretações que intervissem no quadro das interações sociais, enfraquecendo a ação coletiva e a comunicação.

Para ilustrar esses pressupostos teóricos, enfatizando a tendência de perpetuação das RR, recorre-se a exemplos de posicionamentos, atitudes de sujeitos sociais diante de determinada situação-problema. Enfocam-se discursos da escritora e ensaísta da Revista Veja, Lya Luft, do gramático e especialista em estudos de Língua Portuguesa, Evanildo Bechara, entrevistado pela mesma revista, e do articulista do jornal Estado de Minas, Carlos Alberto Di Franco, doutor em comunicação pela Universidade de Navarra (Espanha).

Lya Luft em seu artigo: “Chancela para a ignorância”, a partir do contexto apresentado em que “um livro didático aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) promove o não ensino da língua padrão, que todos os brasileiros, dos mais simples aos mais bem situados na sociedade, têm direito de conhecer e usar” (LUFT, 2011, p. 26), a ensaísta defende a norma-padrão da língua como a única forma certa de uso, enquanto as variações linguísticas de uso coloquial ou popular são formas erradas. Há, portanto, a configuração do fato de que a autora toma uma RS que se encontra na memória discursiva de um

grupo social, um preceito a ser seguido, como RR e defende a sua estabilidade.

Lya Luft, depois de várias confirmações de sua posição, assim finaliza seu discurso: “Ou, coroada a ignorância, as futuras gerações, livres da escola e do direito de crescer, escreverão e falarão sempre achando naturais e boas coisas como ‘os home espera’, nós achemo’, ‘as mulher precisa’. (Ou percisa’ seria melhor?).” (LUFT, 2011).

Dando continuidade à defesa da mesma RR, em entrevista proposta pela colunista Roberta de Abreu Lima, intitulada “Em Defesa da Gramática”, Evanildo Bechara, um dos mais respeitados especialistas da língua portuguesa, condena os colegas que se insurgem contra a norma culta: “disseminá-la é crucial para o país avançar” e, ainda: “ela é a única que consegue produzir e traduzir os pensamentos que circulam no mundo da filosofia, da literatura, das artes e das ciências” (BECHARA *apud* LIMA, 2011, p. 21).

O ilustre gramático ainda enfatiza a defesa de suas opiniões, comentando a origem do “ranço ideológico brasileiro”: “Dizer que a norma culta é um instrumento de dominação das elites é uma ortodoxia política e um obstáculo para o país” (BECHARA *apud* LIMA, 2011) e complementa: “as teorias da sociolinguística jamais deveriam ter deixado as fronteiras da academia”, justificando que “nas escolas, elas reduzem as chances de os estudantes aprenderem o bom português”. (BECHARA *apud* LIMA, 2011, p. 21). Lamenta ainda Bechara que linguistas como Marcos Bagno e tantos outros estejam “nivelando por baixo o ensino do português” (BECHARA *apud* LIMA, 2011, p. 21), acabando por reduzir com isso a chance de milhões de estudantes aprenderem com correção e clareza, tanto na escrita quanto na fala.

Outra manifestação em defesa da citada RR foi feita por Carlos Alberto Di Franco, no jornal **Estado de Minas**, com o título “O dever de ensinar”. Após comentar que a imprensa noticiou “que para evitar discriminações, o Ministério da Educação (MEC) quer renunciar ao dever de ensinar” (DI FRANCO, 2011, p. 9), assim finaliza o autor o seu artigo: “Ministério da Educação: os alunos saberão fazer bom uso das regras de português. Não lhes impeça o acesso ao conhecimento e, principalmente, não lhes negue um dos principais motores para o crescimento pessoal: a confiança.” (DI FRANCO, 2011, p. 9).

Pode-se verificar que a defesa de uma “verdade” aceita e historicamente praticada conduziu os representantes de grupos da intelectualidade brasileira a uma contundente reação ao processo de variação, de mudança da RR contida na crença, na convicção, no conhecimento da necessidade do aprendizado e uso da norma culta do português por todos os brasileiros para que possam conseguir a sua ascensão social. Esses defensores do ensino e prática da norma culta da língua rejeitaram vigorosamente a adoção do livro didático: “A sociedade foi unânime na indignação. Afinal, a oportunidade de aprender bem a sua língua é um direito de todos”, afirma Alberto Di Franco em seu artigo no Estado de Minas (DI FRANCO, 2011, p. 9).

Ficou dessa forma bem evidente que as Representações Sociais de Referência, encontradas nos discursos citados, expressam um posicionamento convencional aceito e registrado na memória discursiva de um grupo social. Isso corrobora os pressupostos teóricos que propõem que as RS são convencionais, tornam as ideias como padrão de um grupo social e são elas que ajudam a reconhecer o que as representações significam numa comunidade e, além disso, tornam-se, também, prescritivas, determinando o comportamento dos sujeitos, as suas atitudes em relação ao assunto.

Assim, as diversas e reiteradas manifestações na mídia de repúdio à proposta da adoção do livro autorizado pelo MEC confirmam o princípio de que as Representações Sociais de Referência tendem a se perpetuar, mesmo quando as experiências de determinados componentes de grupos sociais venham combatê-las; elas são resistentes a mudanças uma vez que há uma natural tendência de se considerar que as RR, contribuindo para orientar os comportamentos tradicionais dos sujeitos, garantem de certa forma a estabilidade social.

Percebe-se, além disso, que a polêmica relatada exemplificou eficientemente os processos de variação, transformação das RS em RR, o que subsidia os discursos acima comentados de que a rejeição às medidas do MEC contrapõe-se à RU, atribuída aos linguistas, “adotada” pelo MEC.

Assim, esse desenvolvimento processual das RS vem confirmar que estas, embora sejam impostas, transmitidas, mudam, passam a ser produto de elaborações ocorridas no eixo do tempo pelos participantes de uma comunidade. Reforçam essas asserções os ensinamentos de Abric (2000, p. 13): “A *representação* funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações do indivíduo com seu meio físico e social, ela vai determinar seus componentes e suas práticas”.

RÉSUMÉ

Ce texte a pour but de présenter un commentaire sur la distinction entre Représentations Sociales de Référence – RR – et Représentations Sociales en usage – RR. A couple RR et RU aménage un espace délimité par deux aspects indissociables des RS. D’une part leur valeur conventionnelle dont la reconnaissance lie entre eux les membres d’une communauté. D’autre part leurs valeurs individuelles, définies chaque fois par la distance que les sépare de la valeur conventionnelle. RR est le énoncé initial dans la mesure où, en tant qu’élément de la mémoire discursive; les RR sont constituées de croyances reconnues ou réputées reconnues par l’ensemble des membres d’un groupe.

Mots-clés: Représentations sociales. Représentations de référence. Représentations de l’utilisation.

PARA APROFUNDAR NO TEMA:

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles; RIBEIRO, Pollyane Bicalho. A dinâmica das e nas representações sociais: o que nos dizem os dados textuais? **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 229-238, set./dez. 2009.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Os movimentos dos sentidos: unidades lexicais complexas e representações sociais**. 2008. (Digitalizado).

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA Denise Cristina de (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000.

BECHARA, Evanildo. Em Defesa da gramática. **Veja**, São Paulo, Ano 44, n. 2219, p. 21, 1 jun. 2011. Entrevista.

DI FRANCO, Carlos Alberto. O dever de ensinar. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 30 maio 2011. Opinião, p. 9.

DUVEEN, G. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003. p.7-28.

LUFT, Lya. Chancela para a ignorância. **Veja**, São Paulo, Ano 44, n. 2218, p. 26, 25 maio 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

PY, Bernad. Representations sociales et discourse: Questions epistemologique et methodologique. (Social representation and discourse. Questions epistemology et methodology). In: PY, Bernad (Éd.). **Analyse conversationnelle et representations sociales : Unite et diversite de image of bilingualism**. **Travaux Neuchatelois de Linguistique**, n. 32, p. 5-20, jun. 2000.

PY, Bernard. Pour une approche linguistique des représentations sociales. In: **Langages: Représentations métalinguistiques ordinaires et discours**, Paris, n. 154, p. 6-19, jun. 2004. (Digitalizado)